



Otmar de Oliveira

Mais de 1,5 mil pessoas aguardam produção de órteses e próteses para continuidade ao tratamento e profissionais ainda afirmam que Estado compra material de péssima qualidade, o que compromete produção

LUTA POR MELHORIAS

Servidores do Cridac param

Faltam materiais básicos e Oficina Ortopédica está fechada há mais de 4 meses por risco de desabamento

GLÁUCIO NOGUEIRA
DA REDAÇÃO

Servidores do Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa (Cridac) paralisaram as atividades nesta terça-feira (10) em protesto por melhores condições de trabalho. Além da falta de materiais básicos, eles cobraram a reabertura da Oficina Ortopédica, fechada há mais de 4 meses por risco de desabamento. Mais de 1,5 mil pessoas aguardam a produção de órteses e próteses para darem continuidade ao tratamento.

Fundado em 1976, o Cridac funciona atualmente em um prédio completamente sucateado.

Goteiras, infiltrações e rachaduras são coisas comuns para os funcionários do local e os cerca de 700 pacientes atendidos diariamente. O local foi inspecionado, em março do ano passado, pela Fiscalização Permanente Integrada (FPI) que constatou uma série de irregularidades. “O problema é que nada do que foi falado, apesar de prometido, foi cumprido. Fizeram apenas uma obra na parte elétrica, mas já está tudo comprometido novamente”, afirma a presidente da Comissão Local de Segurança do Trabalho, Wilma da Silva Costa.

Explica que além da falta de obras para reformulação da unidade, a situação de lá para cá apenas piorou.

“Há pelo menos 4 meses, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea/MT) interditou a Oficina Ortopédica, porque lá há um sério risco de desabamento”. A reportagem tentou verificar o problema, mas foi impedida por seguranças da unidade.

Um outro local chegou a ser alugado, conta o técnico Paulo Roberto Gonçalves, mas as obras de adequação para a reativação do serviço ainda não foram iniciadas. Sem um espaço adequado para a produção de órteses e próteses, a fila de espera de pacientes só aumenta. “Temos hoje mais de 1,5 mil pessoas esperando, o que é um verdadeiro absurdo. Sem contar que o Estado compra material de péssima qualidade, o que também faz com que a produção fique comprometida”.

Paciente do Cridac há 2 anos, o cadeirante Marco Tadeu Magalhães, 43, conta que muitas pessoas já desistiram de conseguir

uma prótese. “Eu felizmente tenho a minha, mas muita gente vem, ouve uma promessa e, no dia marcado, volta e não encontra. Pergunto se isso é justo, se as pessoas merecem ser tratadas assim. Aqui era um bom lugar, mas piorou muito”.

Além da estrutura física, os servidores denunciam a falta de materiais básicos, como álcool, agulhas para acupuntura e até papel toalha, aponta a fisioterapeuta Gláucia Maria Costa. “O Cridac está doente. Estamos pedindo socorro, porque a situação está crítica. Queremos fazer nosso trabalho, mas nem banheiro para os pacientes existe. Dá pena, raiva e vergonha”.

Centro atende **8** especialidades médicas



REDE ESTADUAL

Justiça declara abusiva a greve na educação

DA REDAÇÃO

A greve dos servidores da educação do Estado foi declarada abusiva pela Justiça. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep) tem 72 horas (contados a partir da publicação da decisão) para determinar que os professores retornem ao trabalho, com o contingente necessário para assegurar o ano letivo de 2013.

Caso descumpra a decisão, o sindicato terá que pagar multa diária no valor de R\$ 23.760,00.

A decisão é do desembargador Marcos Machado, que deferiu parcialmente a antecipação de tutela liminar, na Ação Declaratória de Ilegalidade de Greve de Servidores Públicos, movida pelo Estado de Mato Grosso em face do Sintep.

Conforme documentos trazidos aos autos, foi instituí-

da uma comissão de estudos composta por profissionais da Seduc, Sefaz, SAD e membros do próprio Sintep para apresentar até o dia 15 de outubro proposta que demonstrasse a possibilidade de “equiparação salarial da educação com outras categorias”, ou seja, reajuste salarial em 10,41%.

“O Sintep, porém, não concordou em aguardar o resultado desse estudo porque teria sido exatamente a posição governamental de condi-

cionar o atendimento da pauta de reivindicações aos prováveis resultados de mais um grupo de estudos, a principal motivação para deflagração da greve”, diz o desembargador, que não considerou a greve ilegal, mas sim abusiva.

Ele relata ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a aplicação da Lei Nº 7.783/89 à greve deflagrada por servidores públicos, naquilo em que for compatível com o seu regime jurídico. “A inobservância das regras contidas na Lei 7.783 notadamente nas paralisações deflagradas por servidores públicos, configura abuso ao direito de greve. Isso porque a greve não pode ser deflagrada durante as negociações bem como na falta de contingente mínimo para garantia da continuidade do serviço essencial”. (Com Assessoria)

DA REDAÇÃO

MPE investiga problemas no Centro de Reabilitação

A falta de condições de atendimento no Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa (Cridac) é alvo de diversos procedimentos já instaurados pelo Ministério Público do Estado (MPE). Um deles, iniciado pelo promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, inclusive, já se encontra em fase de instrução processual.

Em outro, a promotora Salete Maria Búfalo Poderoso, em despacho assinado no dia 20 de agosto, solicita nova inspeção da Fiscalização Permanente Integrada (FPI) por conta de novas denúncias de problemas estruturais da iluminação, ventilação e acessibilidade ao local.

Além disso, o MPE já solicitou informações ao Estado sobre a mudança da sede do Cridac. Após vários anúncios, em julho do ano passado, foi definida a mudança para o es-

paço onde funcionava o Hospital São Thomé, no bairro Consil, ao custo de R\$ 1,5 milhão. No entanto, o local continua abandonado. O novo espaço previa a ampliação do atendimento, de cerca de 700 pacientes/dia para mais de 1.200.

OUTRO LADO - Por meio da assessoria, a Secretaria de Estado de Saúde informa que vem adotando providências no sentido resolver problemas enfrentados hoje pelo Cridac. Um registro de preços foi aberto para a compra de insumos e R\$ 800 mil foram reservados para obras. Para dar andamento aos serviços da Oficina Ortopédica, a SES alugou um prédio próximo à sede central. Sobre a nova sede, a SES em conjunto com a secretaria de Cidades já está elaborando termo de delegação para a realização de obras. (GN)



Otmar de Oliveira/Arquivo

Após a notificação, Sintep deverá determinar o retorno às aulas nas escolas estaduais após 72 horas